

MARIA PERUTZ E MARTA WOLFF: SUBVERSÃO DO RACISMO ALEMÃO EM *CANAÃ* E *UM RIO IMITA O RENO*

Elisangela Redel (UNIOESTE)¹

Rita Felix Fortes (UNIOESTE)²

Resumo: A categoria “raça” se constrói enquanto um discurso social e político, que visa justificar ideologicamente as diferenças culturais, sociais, etc., por meio de uma conjuntura pseudo natural, com vistas a legitimar a superioridade de alguns povos, em detrimento de outros. Desta perspectiva, a proposta deste trabalho é discutir a problemática da “superioridade” racial dos imigrantes alemães nas obras *Canaã* (1901), de Graça Aranha, e *Um rio imita o Reno* (1973), de Vianna Moog, e a sua desconstrução por meio das personagens Maria Perutz e Marta Wolff. O trabalho será norteado pelos pressupostos teóricos de Seyferth (1999/2002), Bhabha (2005), Hall (2003) e Schwarcz (1993).

Palavras-chave: raça; imigração alemã; construção social.

Imigração alemã: contexto social e racial

Com a derrota de Napoleão Bonaparte, na Batalha de Waterloo, em 1815, D. João VI consegue regressar a Portugal, em 1818, o que faz com que o Brasil volte à condição de colônia. Em desacordo com esta medida, em 1822 é proclamada a Independência política do Brasil em relação à metrópole, o que gera conflitos no país, pois as autoridades da província eram portuguesas, e, muitas delas eram fieis à

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-graduação *Strictu Sensu* da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, linha de pesquisa Linguagem literária e interfaces sociais: estudos comparados. Bolsista CAPES. E-mail: lizaredel@gmail.com.

² Professora do Programa de Pós-graduação *Strictu Sensu* da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, linhas de pesquisa Linguagem literária e interfaces sociais: estudos comparados e Literatura Brasileira, Sociedade e Mito, e da graduação em Letras da mesma instituição. E-mail: rffortes@brturbo.com.br.

Coroa Portuguesa. Houve, então, a necessidade de formação de uma nova força militar, que garantisse a independência do país.

Nesse sentido, além da necessidade de novos soldados, o Brasil carecia de colonos que preenchessem os vazios demográficos, em especial os do sul do país, onde a disputa pela Província Cisplatina havia gerado uma relação conflituosa com a Argentina. Para tanto, a arquiduquesa da Áustria, D. Leopoldina, casada com D. Pedro de Alcântara - D. Pedro I - sugere trazer colonos e soldados da Alemanha. A tarefa de persuadir alemães a emigrarem para o Brasil coube ao Major Schäfer que, na Alemanha, iludia a todos com promessas falaciosas.

Por outro lado, o contexto político e social que determinou a vinda de alemães para o Brasil foi, sobretudo, a crise econômica da Alemanha, que não conseguia manter minimamente sua população. O país sofria o impacto das guerras napoleônicas e a contínua exploração da terra tornou-a improdutiva. Nas cidades, a Revolução Industrial, iniciada no século XVIII, na Inglaterra, provocou o desemprego da maioria da população, cujo trabalho passou a ser substituído pelas máquinas. Ou seja, não havia empregabilidade condizente com o aumento populacional da época.

Mas, se é nestas circunstâncias que a imigração alemã se inicia, como explicar o discurso propagado sobre a superioridade da raça ariana, em relação aos povos nativos aqui já estabelecidos? A respeito da questão racial no Brasil, Seyferth (2002: 118) explica que o discurso sobre a superioridade branca (enquanto raça) foi construído em meados do século XIX, como argumento justificativo àquele perfil de colonização que priorizou a propriedade familiar e os imigrantes europeus³.

O imigrante "ideal" era o agricultor eficiente, premissa da legislação imigratória vinculada à colonização, pois "nas regras de admissão de estrangeiros, o imigrante ideal, o único merecedor de subsídios, é o agricultor; mais do que isso, um agricultor branco que emigra em família" (Seyferth 2002: 120). Logo, o trabalho em classificar este imigrante "ideal" se deu por meio do levantamento e nomeação "das virtudes e defeitos de cada nacionalidade européia" (Seyferth 2002: 121), instituindo-se, assim, uma espécie de hierarquia, de acordo com as suas habilidades agrícolas. Durante esse processo de "seleção", a "raça" não aparece como fator determinante, visto que são exigidos os atributos do agricultor ideal, aquele que: "deve ter amor ao trabalho e respeito às autoridades, além de ser sóbrio, perseverante, morigerado, resignado, habilidoso, etc." (Seyferth 2002: 120), ficando os alemães no topo da hierarquização.

Na construção do discurso das aptidões e habilidades do colono branco, os índios e os negros tornaram-se o modelo antagônico da civilização europeia, auxiliando no processo de resignação das "virtudes" do modelo de colono. Esta

³ A corrente imigratória alemã se inicia a partir de 1824, quando fundada a colônia de São Leopoldo. No entanto, a contingência de sua vinda se intensifica mais precisamente em 1850, "quando a colonização passa para a responsabilidade dos governos provinciais e se abrem as oportunidades para a iniciativa privada (Seyferth 1990: 10). É neste contexto que surge, em paralelo à imigração oficial, as "companhias de colonização", que promoviam a colonização particular - a exemplo da colônia D. Francisca, hoje Joinville.

“categorização” foi construída num contexto em que se discutia sobre as mudanças necessárias para transformar o Brasil num país de “imigração”, e não escravista⁴, modelo econômico não mais favorável ao progresso do país.

Por isso, a ausência – sempre presente no país, mas excluído do discurso do colono ideal – do índio, do negro e do mestiço, não necessários à sociedade, ocorre em função da ideologia imigratória excludente, que, na época, “não é [era] percebida como um regime imoral ou ilegítimo, mas simplesmente adjetivada por seu caráter arcaizante, um modelo econômico retrógrado e impeditivo de imigração” (Seyferth 2002: 120)⁵.

Durante o debate sobre a política imigratória, o discurso acerca da superioridade e da competência germânica revelou-se, sobretudo, nos “relatórios e escritos de propagandas produzidos por alemães interessados na colonização particular de terras públicas” (Seyferth 2002: 122). Ou seja, trata-se de um contexto no qual medidas corporais e modelos estatísticos, nas palavras de Seyferth (2002), justificaram a categorização do homem de acordo com as suas “qualidades”, hierarquizando-o, por conseguinte, em um ser superior ou inferior. Assim,

[...] partindo de uma ideologia que afirmava a superioridade biológica, intelectual e cultural dos europeus, *muitas dessas teorias pretendiam ter demonstrado que o desenvolvimento da civilização, o progresso tecnológico e a própria estratificação social obedeciam a leis naturais* (Seyferth 2002: 134, grifo nosso).

Como a autora assevera, a noção de “raça” estava subliminar aos projetos imigrantistas desde 1818, embora o conceito ainda não estivesse inserido no vocábulo científico brasileiro.

De acordo com o levantamento das teorias raciais de Schwarcz (1993), o pensamento filosófico do séc. XVIII, a partir da Revolução Francesa e dos estudos da Ilustração, irá pensar a humanidade sob as bases da igualdade e da liberdade, cujo exemplo modelar é o mito do “bom selvagem”, de Rousseau.

Há uma visão polarizada da humanidade, representada, por um lado, pelos humanistas, defensores da igualdade e, por outro, pelos favoráveis à diferenciação dos homens.

O termo raça, segundo Schwarcz (1993), será adotado pela literatura de modo mais contundente, apenas no início do século XIX. A discussão em torno da visão

⁴ Seyferth (1999: 15) explica que entre 1888 e 1910 ocorre o maior fluxo de imigrantes para o Brasil, momento que coincide com a abolição da escravatura. Assim, inicialmente, a escravidão tornou-se um dos maiores impedimentos à efetivação do movimento imigratório ao Brasil, pois “denunciava-se, na Europa, que os imigrantes serviriam apenas como substitutos dos escravos”.

⁵ Kalkman e Koeller (*apud* Seyferth 2002: 123) explicam que “o capital investido no tráfico poderia ser usados positivamente para chamar a imigração branca livre e industriosa, que daria ao país cidadãos exemplares, e ao imperador súditos fiéis. Sem qualquer referência à cor, os escravos são desqualificados como ‘trabalhadores estúpidos’, ‘brutos’ e ‘precários’ [...]”.

antagônica sobre o homem - teoria igualitária X diferenciação racial - está estabelecida no discurso fendido sobre a origem do homem e divide-se em duas vertentes. A monogenista, que prevaleceu até meados do século XIX, constituía-se de pensadores que acreditavam, com base nas Sagradas Escrituras, na origem comum dos homens. Tais ideias foram contestadas pela vertente poligenista, cujos autores afirmavam que a criação dos povos é correlata às diferenças raciais. Para este grupo, os comportamentos devem ser analisados como consequência de leis naturais e biológicas, que determinam os “tipos”, não redutíveis a cruzamentos.

A publicação de *A origem das espécies*, de Charles Darwin, converte-se em paradigma às duas vertentes supracitadas: ambas concordam com a teoria da evolução, mas “atribuem ao conceito de raça uma nova conotação, bastante original, que escapa da biologia para adentrar questões de cunho político e social” (Schwarcz 1993: 55).

Ou seja, os resultados obtidos por Darwin sobre a evolução de espécies animais e vegetais foram deslocados às diversas áreas do conhecimento, inclusive, ao estudo do comportamento humano, que passou a empregar terminologias como “competição”, “seleção do mais forte”, “evolução” e “hereditariedade”.

Desta perspectiva, formou-se a geração social darwinista, que incorpora a visão poligenista do início do século XIX. Naquele contexto, a mestiçagem racial era apontada como “degenerativa”, provocada pelo cruzamento de “espécies” distintas. O processo de hibridização deveria ser evitado, pois, “para os poligenistas, seleção natural implica pensar na degeneração social, assim como as leis da natureza chegavam aos homens de forma determinista e premonitória [...]” (Schwarcz 1993: 57).

Sobressai-se, neste momento, o “darwinismo social” ou “teoria das raças”, decorrendo daí o enaltecimento de tipos “puros”, não submetidos à miscigenação de espécies, e a criação de um ideal político:

[...] um diagnóstico sobre a submissão ou mesmo a possível eliminação das raças inferiores, que se converteu em uma espécie de prática avançada do darwinismo social - a eugenia⁶ - cuja meta era intervir na reprodução das populações. O termo “eugenia - *eu*: boa; *genia*: geração - foi criado em 1883 pelo cientista britânico Francis Galton (Schwarcz 1993: 60, grifo do autor).

⁶ A eugênia ou “higiene da raça”, segundo a reportagem de Diwan (2007), levou à esterilização de milhares de pessoas na Alemanha, influenciada pelo nacional-socialismo. No Brasil, a eugênia foi divulgada pelo médico Renato Kehl e um dos adeptos destas ideias foi Monteiro Lobato. Na carta escrita ao seu amigo Kehl, ele afirmava: “Renato, tu és o pai da eugenia no Brasil e a ti devia eu dedicar meu Choque, grito de guerra pró-eugenia. Vejo que erreí não te pondo lá no frontispício, mas perdoai a este estropeado amigo. (...) Precisamos lançar, vulgarizar estas idéias. A humanidade precisa de uma coisa só: póda. É como a vinha. Lobato” (Diwan 2007: s/p).

Esta visão eugênica subjaz à cultura de muitos imigrantes alemães que vieram para o Brasil, os quais, para evitar a “degradação” da raça, até o final do século XIX, segundo informa Seyferth (2002), isolaram-se e mantiveram a homogeneidade étnica como principal característica, sendo que em tais grupos a presença de brasileiros era mínima.

Desta perspectiva, o progresso adviria, apenas, nas sociedades constituídas por um fenótipo “puro”, sem a interferência do processo de mestiçagem. Aos adeptos deste pensamento, a evolução europeia ou, mais especificamente, o tipo ariano, resultaria na civilização “ideal”.

Este encadeamento filosófico em torno da questão racial estendeu-se a outras áreas do conhecimento e redefiniu, entre outros, o conceito de diferença, que passou a designar uma formação ontológica diversa das espécies, sendo que suas diferenças deveriam permanecer “definitivas e irreparáveis, transformando-se a igualdade em um problema ilusório” (Schwarcz 1993: 62).

Assim, a reprodução deste discurso “naturalizou” a estratificação social, justificada de acordo com a hierarquia das “leis” da natureza e da biologia.

A problematização racial em *Canaã* e *Um rio imita o Reno*

A categoria “raça”, portanto, se constrói enquanto um discurso político e social, “em torno do qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão – ou seja, o racismo” (Hall 2003: 69), cuja lógica é justificar as diferenças sociais e culturais por meio de uma conjuntura natural e biológica.

Na obra *Canaã* (1901), de Graça Aranha, o discurso sobre a raça alemã é construído enquanto arquétipo da autossuficiência, da competência, do progresso nos negócios, da facilidade de assimilação e da energia no trabalho. A superioridade econômica, social e cultural de um povo se basearia na classificação genética e biológica que determina, conforme as “leis naturais”, a hierarquização da sociedade. É nesse sentido que o personagem Lentz se vale do discurso que “legitimou” a história para comprovar o esforço do europeu em “civilizar” o Brasil, e explicar a probabilidade preconceituosamente tida como nula da raça negra atingir a cultura dos brancos. O brasileiro torna-se fetiche – objeto sobre o qual Lentz se fixa – e estereótipo da inferioridade:

Enquanto não se eliminar a raça que é o produto de tal fusão, a civilização será sempre um misterioso artifício, todos os minutos rotos pelo sensualismo, pela bestialidade e pelo servilismo inato do negro. *O problema social para o progresso de uma região como o Brasil está na substituição de uma raça híbrida, como a dos mulatos, por europeus* (Aranha 1901: 25, grifo nosso).

Esse “efeito de naturalização”, de acordo com Hall (2003), transforma a diferença racial imaginária em verdade científica, incontestável pelas minorias. O elemento que diferencia as raças – a genética, uma vez que não é imediatamente visível – passa a ser decodificada “nos significantes corporais visíveis e facilmente reconhecíveis, tais como a cor da pele, as características físicas do cabelo, as feições do rosto, o tipo físico [...]” (Hall 2003: 70).

Lentz, ao observar e comparar a raça negra à alemã, “admirava o que havia de sólido e repousado nos gigantes alemães, enquanto a facúndia interminável e mole do cearense e do mulato lhe trazia a sensação do enjôo do mar” (Aranha 1901: 38). Ou seja, a classificação cultural e social das raças, de acordo com a categoria “corpo”, se torna uma das variantes do racismo, pois “o racismo biológico e a discriminação cultural não constituem dois sistemas distintos, mas dois registros do racismo” (Hall 2003: 71).

Não há negociação das diferenças raciais, pois a fantasia racista recusa a cisão ambivalente da identidade racial: para existir, o alemão depende daquilo que ele não é, mas que, paradoxalmente, fornece as condições de sua existência, o negro, e vice-versa. Assim, como Woodward (2000) afirma, a identidade é marcada pela diferença, e a diferença pela exclusão.

Dessa forma, a cultura é representada pelas forças desiguais, que competem pela autoridade política e social (Bhabha 2005), e que naturaliza o discurso do “vencedor”. O desejo de domínio do europeu, em *Canaã* (1901), é representado pelo personagem Lentz, que enaltece o valor da sua “espécie”:

e Lentz sorria com orgulho na perspectiva da vitória e do domínio de sua raça. Um desdém pelo mulato, em que ele exprimia o seu desprezo pela languidez, pela fatuidade e fragilidade deste, turvou-lhe a visão radiosa que a natureza do país lhe imprimira no espírito. [...] Ele percebia no seu cérebro exaltado que os alemães chegariam, não em pequenas invasões humildes de escravos e traficantes, não para lavrar a terra para recreio do mulato, não para mendigar a propriedade defendida pelos soldados negros. Eles viriam agora em grandes massas; galeras imensas e numerosas os desembarcariam em todo o país [...] (Aranha 1901: 47, grifo nosso).

De acordo com a crítica pós-colonial, essa objeção de valores não deve ser explicada sob uma perspectiva holística – “teoria para a qual os seres interagem formando um todo, sem que se possa entendê-los isoladamente” (Aulete 2007) – mas deve reconhecer, segundo Bhabha (2005), a complexidade das fronteiras culturais e políticas. Para tal, é necessária a construção de um pensamento dialético que não recuse a alteridade, e que esteja articulado às bases diferenciadas da história e da cultura. Ou seja, faz-se necessária, conforme o teórico, a tradução da cultura transnacional, isto é, das histórias específicas de deslocamento.

Na obra *Um rio imita o Reno* (1973), de Vianna Moog, a questão racial se assemelha à *Canaã* pela criticidade com que o autor constrói a figuração do imigrante alemão – enquanto arquétipo da predisposição do europeu em dominar⁷ – e o processo de sua integração à outra cultura. A problemática do racismo é evidente nas atitudes germanófilas dos habitantes da fictícia cidade de Blumental, onde as casas, a população, o comércio, as indústrias e a culinária remetem à cultura germânica. Paradoxalmente, naquele espaço são os brasileiros que se constituem enquanto “estrangeiros”, a despeito de estarem em seu país.

Onde estaria? Percorreu novamente os pontos que sua retina acabara de visualizar. Na praça, ranchos loiros de moças passavam aos pares; no quiosque, ao redor das mesas, sob os plátanos, rapazes cobertos de bonés universitários, bebiam descansadamente o seu chope. Pareciam sentir-se ali tão à vontade, como se estivessem num bar de Heidelberg ou de Munich. Geraldo então atentou ainda mais para o quadro, retesando a atenção. Blumental dava-lhe a impressão de uma cidade do Reno extraviada em terra americana. Desde o gótico da igreja, até a dura austeridade das fachadas, tudo nela, à exceção do jardim, era grave, rígido, tedesco. [...] Geraldo teve vontade de chorar. Sentia saudades do Brasil (Moog 1973: 13).

O preconceito racial daquela comunidade revela-se no relacionamento de Geraldo Torres, um engenheiro sanitarista, nascido no Amazonas, e Lore Wolffm, uma alemã da segunda geração. Esta pertencia a uma tradicional família ariana, de raça “pura”, que se empenhava em preservar a “pureza” da qualidade “genética” de sua raça, bem como sua cultura da miscigenação com outros povos “inferiores”, como a de Geraldo – uma vez que a herança biológica era transmitida de uma geração a outra. Para a família Wolff, o Brasil, do Amazonas ao Chuí, era indiferente, pois a indústria e o comércio, inicializados na cidade, era resultado exclusivo do trabalho dos alemães: “*A prosperidade do sul vem da raça. Somos um povo mais forte e decidido*” (Moog 1973: 65 - grifo nosso), da qual não sai “Antônio Conselheiro”, nem “Padre Cícero”.

De acordo com as bases em torno da questão racial, inicialmente apresentada, e em consonância com a obra de Graça Aranha, o discurso racista e discriminador dos alemães em *Um rio imita o Reno* (1973) busca distinguir os alemães dos negros, índios e mestiços, pois a sua superioridade racial seria restrita às sociedades constituídas por um fenótipo “puro”, sem a interferência do processo de mestiçagem.

⁷ A propósito da predisposição do europeu em exercer domínio, Seyferth (2002) explica que foi a pretensão por parte dos alemães em ampliar o fluxo germânico, em específico na região sul do Brasil, que os tornou uma ameaça para a unidade nacional, o que passou a chamar-se de “perigo alemão.” Outra preocupação foi o “enquistamento étnico” das colônias, baseado no movimento do “pan-germanismo”.

As diferenças, portanto, estão naturalizadas no imaginário social e atestadas pela hierarquia das “leis” naturais.

Isto implica a desigualdade social e a relação de poder-submissão, conforme Marín et al. (2002). Assim, é a posição social privilegiada de Karl Wolff, irmão de Lore, que lhe permite defender Hitler, os nazistas, os Mucker, visto que estes defenderiam “com bravura os seus dolicocefalos loiros de olhos azuis, contra tudo, contra todos, contra os fatos, contra a própria evidência” (Moog 1973: 72), numa demonstração profundamente etnocêntrica. Em contraposição, é em razão da raça de Geraldo Torres, legítimo caboclo brasileiro e integrante de grande grupo social que, “como a sua mãe, não distinguia entre brancos, judeus, sírios, pretos e caboclos. Aceitava ou repelia instintivamente a cada um individualmente, mas não sabia compreender um ódio universal contra um povo, uma raça” (Moog 1973: 73 - grifo nosso). Assim, é evidente que estes discursos e sistemas de representação, de acordo com Woodward (2002), apontam para o lugar social a partir do qual se fala.

Para Marta, mãe de Lore, dos brasileiros não podia se esperar nada de bom, pois eram de uma raça miscigenada e, como tal, inferior: “Para Frau Marta quem não tivesse sangue ariano puro estava irremediavelmente condenado: era negro. Lore havia de se casar com um filho de alemão, se possível com um alemão” (Moog 1973: 85). O discurso da personagem dialoga com umas das condições que, segundo Bhabha (2010), fundamenta a identidade, que é o fato de que a existência do eu se constrói em razão do outro, ou seja, eu sei quem eu sou por distinguir-me daquilo que eu não sou.

É, contudo, o preconceito racial que, articulando o registro sociocultural ao biológico (Hall 2003), faz com que Geraldo seja expulso da cidade de Blumental e que Marta Wolff mantenha-se fiel aos princípios da Alemanha nazista.

Maria Perutz e Marta Wolff: uma leitura da desconstrução do racismo alemão

O discurso racista da superioridade dos alemães nas obras supracitadas é problematizado, criticado e subvertido por meio de duas personagens: Maria Perutz (*Canaã*) e Marta Wolff (*Um rio imita o Reno*). Esta, arquétipo do arianismo, da superioridade biológica dos alemães e da aversão pelos judeus, tem sua história, identidade e valores transfigurados com a vinda de seu primo, Otto, da Alemanha. Esperavam “um soldado de Hitler, um emissário do *Führer* e lá estava um inimigo do regime...” (Moog 1973: 177), que relatava o “avesso” da situação social da Alemanha à família Wolff, desfigurando o estereótipo do país invencível e de seu *Führer*⁸:

E a censura? O país tem 70 milhões de habitantes e 80 milhões de espiões. O marido não diz mal do partido nem à mulher, nem ao filho, com medo de ser denunciado. Vive-se num regime de apertos ... Tantas gramas de

⁸ Líder, chefe. (Tradução nossa)

manteiga e de carne por semana ... Tudo em rações medidas ... É horrível...
(Moog 1973: 177, grifo nosso).

E continua:

O Dr. Kurt Gläser, psicanalista com quem conversei em Viena há pouco tempo, tem um ótimo estudo sobre Hitler. Hitler é um desviado. Tem um complexo paterno. Impressões da infância lhe deixaram marcas profundas ... O pai era um beberrão, mulherengo, que fazia a esposa sofrer ... Hitler criou-se com horror ao casamento, às mulheres, a toda a espécie de vícios, até aos mais pequenos. Não bebe nem fuma e não tolera que fumem e bebam na sua presença ... (Moog 1973: 178).

Otto conta, ainda, sobre a realidade dos campos de concentração, das perseguições, dos assassinios e do exílio de seus maiores escritores. Nesse sentido, ele altera o discurso da superioridade e da “pureza” ariana da família, ao justificar sua chegada repentina ao Brasil: “Descobriram que o nosso bisavô, de Frankforte, tinha sangue judeu” e, um dia, ao chegar em casa, estava escrito na fachada: “Morra judeu renegado! (Moog 1973: 179, grifo nosso).

O desfecho estratégico da obra causa um profundo abalo em Marta – que alimentava uma obstinada aversão pelos judeus – pois a “pureza” racial, comprovada pelas “leis” da natureza, torna-se, então, condição da marginalização da personagem: não ter sangue ariano é ser inferior, é ser judeu.

Desloca-se, assim, a identidade da família, as suas crenças e valores, a sua cultura e o seu pertencimento a um grupo étnico e racial. Moog (1973), ao inverter a hierarquia social das raças, subverte o discurso racista e estereotipado dos alemães, e aponta para o fato de que “entre los distintos grupos raciales, la persona toma conciencia de su identidad racial al darse cuenta de este reparto desigual de los recursos”, o que implica “una jerarquía por la cual a unos grupos se les conceden más derechos y a otros menos⁹” (Marín et al. 2002: 244).

Também Maria Perutz contradiz o discurso da superioridade ariana dentro do próprio grupo racial.

A história de Maria Perutz era simples como a miséria. Nascera na colônia, na mesma casa onde ainda vivia. Filha de imigrantes, não conhecera o pai, morto ao chegar ao Brasil [...]; a mãe, viúva e quase mendiga empregara-se como criada na casa do velho Augusto Kraus [...] (Aranha 1901: 76).

⁹ “[...] entre os distintos grupos raciais, a pessoa toma consciência de sua identidade racial ao dar-se conta da distribuição desigual dos recursos [...]” o que implica “a hierarquia pela qual a uns grupos são concedidos mais direitos e a outros menos” (Tradução nossa).

A personagem vivia em condições subumanas de extrema pobreza na colônia do Porto do Cachoeiro, no Espírito Santo, o que contradiz a supremacia, a competência e, sobretudo, a autossuficiência dos alemães. A descoberta da sua gravidez, no entanto, faz com que ela seja submetida a humilhações e ao excesso de trabalho, até o desfecho, sua expulsão:

Os velhos não tinham mais ilusão sobre o estado da rapariga, e vendo-a mover-se pela casa, num passo trôpego, com o ar transfigurado que lhe punha a amargura da maternidade, sentiam um ódio surdo contra ela [...]. A todo o momento eram ralhos e insultos, eram exigências de serviço à pobre rapariga, na doentia obsessão de vê-la abandonar a casa. Já não lhe davam quase comida, dobravam-lhe os trabalhos, e era com desespero neurótico que viam a mísera inabalável, sem um movimento de revolta, num constante gesto de sonâmbula (Aranha 1901: 93).

É, contudo, contraditória a situação da personagem, pois, sendo ela alemã, sua superioridade não estaria garantida genética e biologicamente pelas leis naturais? A personagem Maria Perutz representa, assim, a desconstrução do discurso racista e aponta que a hierarquia racial, que privilegia determinados grupos, é construída ideologicamente na sociedade, visando atender o poder socioeconômico, que explora e exclui, como informa Hall (2003).

Meses depois, durante o seu parto,

Os porcos, sentindo-a sossegada, precipitaram-se sobre os resíduos sangrentos, espalhados no chão. Devoraram tudo, sôfregos, tremendos; sorveram sangue e na excitação da voracidade arremessaram-se à criança, que às primeiras dentadas soltou um grito forte, despertando a mãe ... Quando esta abriu os olhos, deu um salto brusco e pondo-se de pé, lívida, hirta, alucinada, viu o filho aos trambolhões, partilhado pelos porcos, que fugiam pelo campo afora... (Aranha 1901: 116, grifo nosso).

O grotesco, representado pelo seu parto, ridiculariza ao extremo o discurso “naturalizado” sobre a posição “elevada” da raça alemã, garantida pela “pureza” de sua genética, pois problematiza o paradoxo de que: se a Alemanha constituía-se por este povo biologicamente superior aos demais, o que justificou a migração de alemães para um país não civilizado, de povos inferiores?

O governo alemão não tinha como manter sua população, em razão da crise econômica e social advinda, principalmente, das guerras napoleônicas, como mencionado inicialmente. No entanto, a questão econômica como causa da vinda destes imigrantes para o Brasil fica obscura na obra, de modo que a narrativa é conduzida por Lentz e Milkau: aquele, de família importante, filho do general Barão von Lentz, e este, filho de um professor universitário instruído, de Heildelberg.

Considerações finais

Nesse sentido, independentemente de raça, são as contingências econômicas e sociais que determinam a trajetória das personagens. O progresso das civilizações não é restrito às sociedades constituídas por um tipo “puro” e o discurso que legitima a superioridade de algumas raças não pode ser justificado, “naturalmente”, pela genética diferenciada dos povos, mas sim pela pretensão em dominar, explorar e excluir o outro, recorrendo-se, para tal, à fixação de tradições e “verdades”.

Desta perspectiva, a discriminação racial, problematizada por Graça Aranha e Vianna Moog é apresentada sob o signo de emergência, de revisão e reconstrução do passado. Os autores, de modo particular e crítico, retomam o processo da imigração alemã no Brasil, para escrevê-lo a partir do “esquecido”, da “lacuna” e do avesso: Marta não tem sangue “puro”, pois tem sangue judeu, e Maria Perutz é miserável e submetida a condições sub-humanas. Trata-se do trabalho da tradução da tradição e do discurso “naturalizado”.

O trabalho fronteiriço da cultura exige *um encontro com o “novo” que não seja parte do continuum de passado e presente*. Ele cria uma ideia do novo como ato insurgente de tradução cultural. Essa arte não apenas retoma o passado, como causa social ou precedente estético; *ela renova o passado, refigurando-o como um “entre-lugar” contingente, que inova e interrompe a atuação do presente* (Bhabha 2005: 27, grifo nosso).

Assim, para que um novo fenômeno seja originado, é necessário restaurar e reproduzir o passado, que se encontra incompleto e inacabado. Este processo ininterrupto do “vir-a-ser”, do qual fala Walter Benjamin, constrói o presente por meio do processo de rememoração do passado, e permite a construção do futuro por ele estar em potência no presente. Nesse sentido, a metáfora da constelação de Walter Benjamin é eficaz, pois exemplifica o trabalho de “ir e vir” na história, que originará novas leituras para fora do *continuum* da cronologia: *“graças a esta ligação, dois elementos, (ou mais) adquirem um novo sentido e desenham um novo objeto histórico, até aí insuspeitado, mais verdadeiro e mais consistente que a cronologia linear [...]”* (Gagnebin 2007: 15, grifo nosso).

Em *Canaã* (1901) e em *Um rio imita o Reno* (1973) não há, ainda, a possibilidade de articular “elementos contraditórios” por meio da negociação, como sugere Bhabha (2005), pois o processo de mestiçagem ainda é incipiente. Os alemães foram subordinados ao caldeamento racial apenas com a implantação do projeto nacionalista de Getúlio Vargas, que propunha a formação da identidade nacional unitária.

Contudo, é necessário focalizar tudo o que é produzido na articulação da *difference* e do “estranho”. Tais “entre-lugares”, segundo Bhabha (2005), forneceriam novos signos linguísticos para redefinir a própria noção de sociedade. É nesse espaço intersticial, entre significante e significado, que as diferenças podem ser negociadas.

MARIA PERUTZ AND MARTA WOLFF: SUBVERSION OF GERMAN RACISM IN CANAÃ AND UM RIO IMITA O RENO

Abstract: "Race" is a category built as a social and political speech, which aims to ideologically justify the cultural and social differences by means of a so-called natural conjuncture, in order to legitimate the superiority of some peoples over others. From this perspective, this work discusses the problematic of the German immigrants' racial "superiority" in the works *Canaã* (1901), by Graça Aranha, and *Um rio imita o Reno* (1973), by Vianna Moog, and their deconstruction through the characters Maria Perutz and Marta Wolff. This work will be guided by the theoretical presuppositions of Seyferth (1999/2002), Bhabha (2005), Hall (2003) and Schwarcz (1993).

Keywords: race; German immigration; social construction.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Graça. *Canaã*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1901.

AULETE. *Dicionário contemporâneo de Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Lexikon editora digital ltda, 2007.

BHABHA, Homi. *O Local da Cultura*. Tradução: Miriam Ávila et al. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

DIWAN, Pietra. *Eugenia, a biologia como farsa*. In: *Duetto*. ed 49 - Nov/2007, s/p. Disponível em: http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/eugenia_a_biologia_como_farsa_imprimir.html>, acesso 14, jul/2012.

HALL, Stuart. *Da diáspora: Identidades e Mediações Culturais*. Liv Sovik (org). Tradução: Adelaine La Guadia Resende et al. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *História e Narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

MARÍN, Ángeles, et al. Identidad en contextos multiculturales. In: CANDAU, Vera Maria (org). *Sociedade, educação e cultura(s): questões e propostas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MOOG, Vianna. *Um rio imita o Reno*. Porto Alegre: Globo, 1973.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEYFERTH, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. In: *Revista USP*, São Paulo, n.53, p. 117-149, mar./maio, 2002.

_____. *Imigração e cultura no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1990.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomas Tadeu da (org). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos coloniais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

ARTIGO RECEBIDO EM 30/08/2012 E APROVADO EM 21/09/2012.